

PLURALIDADE DE ‘POLÍTICAS’ NA ECONOMIA POLÍTICA DA DIVISÃO GLOBAL DO TRABALHO¹

Plurality of political economy approaches to the global division of labor

CHRISTOPH SCHERRER | scherrer@uni-kassel.de | Professor Titular da Universidade de Kassel, diretor do *Center for Development and Decent Work*

Recebimento do artigo: Agosto de 2023 **Aceite:** Outubro de 2023

Resumo: A questão da divisão internacional do trabalho, que está na base do comércio internacional, pode ser localizada no início do campo da economia política internacional. Os benefícios e os perigos da divisão do trabalho têm sido discutidos pelo menos desde Adam Smith no século XVIII. Três paradigmas foram desenvolvidos já no século XIX e ainda orientam o debate sobre a divisão internacional do trabalho atualmente: as “escolas” liberal, nacionalista econômica e marxista. A primeira aceita a divisão internacional do trabalho, a segunda condiciona seus benefícios ao cumprimento de certas condições e a terceira rejeita o modo de divisão do trabalho. Nas últimas décadas, essas visões foram complementadas pela crítica feminista da divisão de trabalho por gênero. Assim, a divisão internacional do trabalho é um ponto de partida para fornecer uma visão geral das diferentes vertentes da economia política internacional (EPI) e suas respectivas posições políticas sobre o comércio. Este artigo parte desses paradigmas para melhorar os debates atuais sobre a política econômica global. Serão apresentadas as tradições teóricas individualmente para, logo, compará-las sistematicamente com sua posição em relação à divisão social do trabalho.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho; liberalismo; nacionalismo; marxismo.

Abstract: The question of the international division of labor, which underpins international trade, can be traced back to the beginning of the field of international political economy. The benefits and dangers of the division of labor have been discussed at least since Adam Smith in the 18th century. Three paradigms were developed as early as the 19th century and still guide the debate on the international division of labor today: the liberal, economic nationalist and Marxist “schools”. The first accepts the international division of labor, the second makes its benefits conditional on certain conditions being met and the third rejects the division of labor. In recent decades, these views have been complemented by the feminist critique of the gender division of labor. Thus, the international division of labor is a starting point for providing an overview of the different strands of international political economy (IPE) and their respective policy positions on trade. This article builds on these paradigms to improve current debates on global economic policy. The theoretical traditions will be presented individually and then systematically compared with their position in relation to the social division of labor.

Keywords: International Division of Labor; liberalism; nationalism; Marxism.

1. A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL LIBERAL

Desde o início, a economia política clássica defendeu o surgimento de uma divisão internacional do trabalho, com Adam Smith (1723-1790) recomendando a especialização com base em fatores absolutos (especialmente climáticos ou de

¹ Este artigo é a versão traduzida do original “Plurality of political economy approaches to the global division of labor” em Scherrer, C.; Garcia, A.; Wullweber, J. (eds). Handbook on Critical Political Economy and Public Policies. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023.

recursos) e David Ricardo (1772-1823) com base em vantagens comparativas de custo (os países devem se especializar nos setores em que têm, comparativamente, as maiores vantagens de custo). Dessa forma, eles defenderam o desmantelamento do controle governamental do comércio exterior, especialmente por meio de tarifas. A teoria da vantagem comparativa de Ricardo continuou sendo o teorema básico da teoria do comércio exterior (Krugman et al. 2018, p. 52-78), que, abstraindo as diferenças de poder e desenvolvimento entre as nações, examina a atividade econômica transfronteiriça. A partir dessa perspectiva “puramente” econômica, o político é principalmente um obstáculo para a realização de mercados mundiais livres ou o destinatário de recomendações baseadas na teoria do modelo. No período pós-guerra, a economia política internacional liberal elevou a política a um objeto de estudo independente com base nas percepções da teoria econômica internacional. As questões centrais estão relacionadas às diferenças de desenvolvimento e às condições de estabilidade na economia mundial, com a tradição liberal adotando críticas nacionalistas econômicas, por um lado, e críticas marxistas da divisão internacional do trabalho, por outro, conforme mostrarei abaixo.

O debate sobre a política de desenvolvimento foi moldado pela teoria da modernização (cujo protagonista foi W. W. Rostow, 1960), que via o *catching up* e, portanto, a modernização das sociedades “tradicionalistas” em relação aos países industrializados ocidentais, dentro de uma economia mundial liberal, como uma questão de tempo, mas que poderia ser acelerada por medidas apropriadas - por exemplo, aconselhando os respectivos órgãos de tomada de decisão, por meio de transferência de tecnologia e capital. Enquanto a teoria de modernização keynesiana se concentrava no desenvolvimento de um mercado único e na transferência de conhecimento administrativo, tecnologia e capital por meio de organizações estatais ou supra-estatais (Lewis, 1966), a variante neoliberal que predominou a partir da década de 1980 (Lal, 1983) adotou a visão microeconômica da teoria de comércio exterior. Suas recomendações incluem a orientação para a exportação e o fortalecimento das forças de mercado, deixando as transferências principalmente para as empresas privadas (fechando a chamada lacuna de poupança por meio da importação de capital privado) e aconselhando empresas de consultoria e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Devido ao descrédito do chamado Consenso de Washington (Williamson, 1990), na esteira da crise asiática (1997) e das crises permanentes nos países assessorados pelo FMI, surgiu um consenso pós-Washington que levou em conta as condições de estabilidade dos mercados: por meio da chamada boa governança (infraestrutura, educação, administração em funcionamento e instituições de estado de direito) no respectivo Estado-nação e por meio de certas restrições a operações financeiras arriscadas em nível mundial (Herr & Priewe, 2005).

Outra questão central da EPI liberal diz respeito às condições de estabilidade da economia mundial, que são tratadas principalmente com o exemplo do sistema monetário. A crise do dólar, que começou na década de 1960 e levou ao fim do regime de câmbio fixo de Bretton Woods em 1971, deu origem a um debate contínuo sobre até que ponto uma economia mundial liberal estável precisa de um líder forte (hegemon). Uma análise de Charles Kindleberger (1910-2003) sobre a crise econômica mundial de 1929 mostrou que ela foi agravada pela recusa dos EUA em agir como estabilizador (Kindleberger 1973/1986). Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA assumiram um papel de liderança “benevolente”, mas com o fim do sistema de Bretton Woods, esse papel chegou ao fim. A observação de Kindleberger foi chamada de Teoria da Estabilidade Hegemônica pelos cientistas políticos americanos, que a contrapuseram com a tese de que a estabilidade como um bem público também poderia ser proporcionada por meio da cooperação entre Estados-nação individuais. Essa percepção foi adotada pela teoria do regime, que sustenta que os acordos internacionais, na medida em que se baseiam em valores amplamente compartilhados e resistem ao teste do tempo, têm seu próprio peso em relação às nações individuais, inclusive as nações dominantes. É possível encontrar ofertas de vários paradigmas em apoio a isso: liberal (Keohane 1984), escolha racional (Axelrod 1984), institucionalismo (Krasner 1982) e construtivismo (Wendt 1992). Na década de 1990, esse debate teve continuidade com o termo “governança global”, com a inclusão de atores da sociedade civil internacional representando a inovação. O conteúdo da governança global é controverso. De uma perspectiva socioecológica, supõe-se que ela contribua para o gerenciamento de problemas globais, como a mudança climática (Rosenau 1995). A versão neoliberal dá prioridade à garantia dos direitos de propriedade privada (Ohmae 1990). O que ambas têm em comum é que os desequilíbrios de poder e os mecanismos de exclusão estão subordinados à busca das condições de estabilidade da governança global.

Desde o início da década de 1980, o paradigma liberal da EPI tornou-se predominante nos Estados Unidos e seus adeptos têm empregado cada vez mais métodos emprestados da economia neoclássica (Maliniak e Tierney, 2009). Os acadêmicos liberais de EPI com interesse no comércio internacional abordam questões relativas às constelações de atores domésticos que influenciam as decisões comerciais (por exemplo, Grossman e Helpman 1995; Milner e Judkins 2004), o impacto dos acordos comerciais em várias questões, como o fluxo de investimento externo direto (IED) (por exemplo, Malesky e Milner, 2021), ou, ainda, direitos trabalhistas (por exemplo, Short et al., 2020). A vertente orientada para políticas da EPI liberal expressou preocupação com o surgimento de uma reação “populista” contra a globalização, especialmente após a ascensão de Donald Trump à presidência dos EUA (por exemplo, Barattieri & Cacciatore 2020; artigos sobre as relações EUA-China em *Foreign Affairs*, 2018-2021). O presidente Biden parece acalmar esses temores, embora pareça seguir uma política econômica externa,

que eu chamo de interseção da estratégia de cerco da República Popular da China de Obama e da estratégia de confronto direto de Trump (Scherrer 2021a).

2. NACIONALISMO ECONÔMICO

O nacionalismo econômico é atribuído principalmente a Friedrich List (1789-1846; sobre List, consultar Tribe 1995, Szporluk 1988), mas seu argumento da tarifa protetora foi desenvolvido antes dele em muitos outros países que queriam imitar o modelo inglês de desenvolvimento industrial, por exemplo, na França, por F.L.A. Ferrier (1805) e nos EUA, pelo Report on Manufactures de Alexander Hamilton e Henry Carey (1837; sobre Carey, consulte Dawson 2000). Como um liberal expulso do país pelo rei de Württemberg, ele e a emergente burguesia alemã enfrentaram o desafio central de superar os pequenos estados alemães. Em sua principal obra, “The National System of Political Economy” (“Das nationale System der politischen Ökonomie”, 1841), ele não rejeitou, em princípio, os argumentos de livre comércio dos clássicos (que ele chamou de “escola”), mas eles só seriam válidos quando o mundo não estivesse mais dividido em nações. No entanto, enquanto os Estados-nação ainda existissem, “o resultado geral do livre comércio não seria uma república universal, mas, ao contrário, uma sujeição universal das nações menos avançadas à supremacia da potência manufatureira, comercial e naval predominante” (List 1841, p. 101). Assim, ele aconselhou as “nações menos avançadas” a introduzir tarifas de proteção para indústrias ainda não desenvolvidas e a dismantelar todas as medidas que impedissem o desenvolvimento de indústrias dentro do Estado-nação (no caso da Alemanha, especialmente as fronteiras alfandegárias internas). Além disso, os países deveriam se concentrar no desenvolvimento de suas forças produtivas, especialmente por meio da educação. Entretanto, em sua visão colonialista do mundo, ele considerava a introdução de medidas de proteção justificada somente se certas condições prévias fossem atendidas, a saber, “o mais alto grau de civilização e o desenvolvimento da prosperidade material e do poder político” (List 1841, p. 134), tomando a “liberdade civil” da Inglaterra como modelo (ibid., p. 220). De modo geral, List admirava muito as políticas protecionistas e desenvolvimentistas da Inglaterra, que ajudaram a alcançar sua preeminência industrial, pois eram contrárias às políticas “cosmopolitas” propagadas pela tradição liberal (para as políticas da Inglaterra, veja também Nye 2007). O representante mais proeminente da tradição listiana na atualidade, Ha-Joon Chang, que argumenta da mesma forma que List com base em precedentes históricos, mostrou como outros países em início de industrialização usaram um conjunto semelhante de políticas protecionistas e, uma vez bem-sucedidos, passaram a propagar e aplicar políticas liberais (Chang 2002).

Embora a teoria ortodoxa do comércio exterior de hoje enfatize principalmente os benefícios do livre comércio para os consumidores, List claramente priorizou a produção em detrimento do consumo: “Ela [a nação] deve sacrificar algumas vantagens presentes para garantir a si mesma as futuras.” (List, 1841, pp. 112-113). Em outras palavras, para o bem da nação como um todo, as necessidades individuais deveriam ser colocadas em segundo plano. No entanto, o liberalismo de List o diferenciava do nacionalismo romântico alemão, que, com Johann Gottlieb Fichte (“O Estado Comercial Fechado”, 1800/2012), colocava a nação como um todo antes do indivíduo e aderiu ao ideal da autarquia nacional. Na forma do conceito de uma economia de larga escala (controle político-econômico sobre a Europa continental), essa ideia se tornaria um princípio orientador para os nacional-socialistas alemães após a Grande Depressão. A autarquia, ou comércio exterior politicamente controlado e industrialização liderada pelo Estado, também era o credo dos países socialistas estatais e dos Estados agrícolas do Leste Europeu (Manoilescu, 1931).

Após a Segunda Guerra Mundial, o livre comércio tornou-se o princípio orientador universal da política comercial no campo capitalista avançado do Ocidente. Mas o argumento de List sobre as exceções à regra continuou relevante. Por um lado, com o estabelecimento do Acordo de Tarifas Preferenciais Generalizadas (GATT), os Estados Unidos realizaram o apelo de List para negociações multilaterais sobre a facilitação do comércio exterior comprometida com o princípio da reciprocidade de concessões comerciais comparáveis (em oposição à abertura incondicional das fronteiras ao comércio). Por outro lado, em vista da grande massa de “civilização(ões) inferior(es)” (List, 1841, p. 124), seu argumento da tarifa protecionista foi amplamente aceito; ele também encontrou seu caminho na tradição liberal sob o título de “proteção à indústria nascente”. No período pós-guerra, ele foi aplicado de forma pragmática, especialmente com sucesso, pelo Japão e outros países do Extremo Oriente, mas também pela Alemanha Ocidental, cuja reconstrução industrial foi apoiada pelo Estado e acompanhada por controles cambiais (Streeck e Yamamura, 2001). Em particular, a política de taxa de juros do Bundesbank e o envolvimento obrigatório das partes envolvidas em negociações coletivas podem ser caracterizados como elementos de uma estratégia econômica nacionalista que restringiu a demanda interna e, portanto, as importações em favor de um superávit comercial externo (German, 2021).

De forma mais explícita, as ideias de List entraram no discurso de desenvolvimento do período pós-guerra. Apontando para a deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas e dos recursos naturais (o índice de preços desses produtos aumentou mais lentamente do que o dos bens industriais), os adeptos da teoria econômica do comércio desigual da CEPAL argumentaram que a dependência das ex-colônias em relação aos centros capitalistas estava inscrita na tradicional divisão internacional do trabalho. Primeiro, a demanda por bens primários não aumentaria proporcionalmente ao crescimento da renda nos países industrializados. Em segundo lugar, os aumentos de produtividade nos países em desenvolvimento não levariam a aumentos salariais devido à liberação maciça de mão de obra na agricultura de subsistência, mas apenas à expansão da produção, enquanto nos países industrializados os salários acompanhavam o ritmo dos aumentos de produtividade. Assim, em termos de renda, os ganhos de produtividade nos países em desenvolvimento beneficiariam principalmente os países industrializados, por meio da piora dos termos de troca. Raul Prebisch, o principal intelectual dessa tendência e o primeiro Secretário-Geral da UNCTAD, defendia, de acordo com List, o desenvolvimento da indústria nacional sob a proteção de tarifas (substituição de importações de bens industriais pela produção nacional) e com a ajuda da infraestrutura estatal.

Além disso, no entanto, Prebisch também pedia a abertura dos mercados dos países industrializados para os produtos industriais dos países em desenvolvimento, cuja capacidade de exportação ele queria ver fortalecida (Prebisch 1950). Outros autores dessa corrente não compartilhavam do credo liberal de Prebisch e, assim como os nacionalistas da Europa antes deles, pediam uma dissociação mais forte do mercado mundial (Frank 1967). Ao contrário de muitos países asiáticos, muitos na América Latina não conseguiram usar a proteção tarifária para construir uma indústria capaz de competir no mercado mundial, de modo que, ao contrário das propostas de List, a respectiva tarifa educacional tornou-se uma tarifa permanente (ver Burnell 1986 sobre o nacionalismo econômico no Terceiro Mundo).

As estratégias de recuperação e abertura seletiva da República Popular da China na era pós-maoista foram inspiradas por Sun Yat-sen (1922) e pela tradição chinesa do movimento de “autofortalecimento” após a segunda guerra do ópio de 1856 a 1860, embora não pela tradição listiana (Helleiner 2018).

Mesmo nos centros capitalistas, algumas das ideias de List permaneceram atuais. Como os sindicatos dos EUA foram os primeiros a serem afetados em uma frente ampla pela crescente realocação de etapas de produção, com uso intensivo de mão de obra, para países com salários baixos, eles levantaram demandas abrangentes para uma restrição das empresas transnacionais em 1971. Os senadores favoráveis aos trabalhadores conseguiram o apoio de Robert Gilpin para um estudo sobre o impacto nacional das empresas transnacionais. Seu estudo “The Multinational Corporation and the National Interest” (1973/75) e, especialmente, seu trabalho posterior “The Political Economy of International Relations” (1987) tornaram-se o ponto de referência padrão para a chamada tradição realista na EPI, ou seja, com uma ênfase explícita no papel dos Estados-nação.

Embora a proteção tarifária e as restrições às corporações transnacionais tenham sido posteriormente rejeitadas nos EUA, os apelos por medidas de política industrial (por exemplo, subsídios à pesquisa) ganharam atração (Thurow, 1985). As justificativas teóricas para a política tarifária e industrial não foram além de List até a década de 1980. A “nova” ou “estratégica” teoria do comércio incorporou percepções da economia industrial que levaram à consideração de mercados imperfeitos, produtos heterogêneos, retornos crescentes de escala, curvas de aprendizado e externalidades na concepção de modelos de equilíbrio parcial (Krugman 1986). Com relação ao comércio internacional, sabe-se, pelo menos desde Adam Smith, que ele pode levar a rendimentos crescentes de escala, ou seja, custos de produção decrescentes por unidade à medida que os volumes de produção aumentam (por exemplo, devido aos altos custos de desenvolvimento). Assim, a suposição do modelo clássico de rendimentos de escala decrescentes nem sempre é cumprida. Entretanto, levar em conta os rendimentos crescentes de escala levou, sob certas premissas adicionais do modelo, ao resultado de que as barreiras comerciais para o próprio país podem ter um efeito de aumento do bem-estar. Isso ocorre porque a empresa nacional pode aproveitar as economias de escala mais rapidamente se a concorrência estrangeira for mantida fora do mercado durante a fase introdutória. Assim, ela terá uma vantagem inicial em terceiros mercados.

No entanto, os resultados dessa modelagem mais “realista” da divisão internacional do trabalho também são usados para justificar outras medidas de liberalização do comércio exterior de duas maneiras. Primeiro, os conceitos de comércio estratégico podem ser empregados para redirecionar o interesse em fechar o próprio mercado em favor da abertura de mercados estrangeiros. Em segundo lugar, as percepções da teoria permitem a justificativa de outras etapas de liberalização de seus próprios mercados. A maximização das economias de escala só é possível com uma maior especialização dentro da estrutura do comércio intraindustrial. No entanto, isso exige o desmantelamento de barreiras comerciais não tarifárias. Esse argumento é usado de forma particularmente eficaz para justificar medidas de desregulamentação no contexto de áreas de livre comércio (veja, por exemplo, o Relatório Cecchini para a Europa de 1992 [Cecchini, 1988] e a prevista Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento [Felbermayr et al. 2013]).

A saída da Grã-Bretanha da União Europeia em 2020, o chamado Brexit, e as políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (2017-2021), são vistas por alguns como sendo baseadas na tradição do nacionalismo econômico, embora não necessariamente pelos escritos mais matizados de List (Helleiner 2021). À luz da busca dos governos britânicos por novos acordos de livre comércio e do uso americano de tarifas sobre produtos chineses para forçar a República Popular da China a limitar seu apoio estatal à recuperação industrial, essa interpretação não parece convincente (Scherrer & Abernathy 2017). O imenso sucesso industrial da China renovou o interesse pela política industrial entre os países capitalistas avançados e os países em fase de catching-up (Otsubo e Otchia, 2021; Belton, 2020; Rodrick, 2004).

3. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA - MATERIALISMO HISTÓRICO

A crítica marxista da economia política está sendo cada vez mais reconhecida novamente, especialmente no discurso Norte-Sul, mas não se limita apenas a ele. Ela é crítica na medida em que Karl Marx (1818-1883) desenvolveu sua própria abordagem, o materialismo histórico, explicitamente no debate com os clássicos liberais (Heinrich, 2012).

A abordagem marxiana é “histórica” porque se concentra na dinâmica de desenvolvimento das sociedades. Em contraste com a tradição econômica liberal e nacionalista, a sociedade capitalista não é vista como o ponto final do desenvolvimento das sociedades humanas. O momento central do desenvolvimento é visto como as condições sociais que garantem a reprodução material da sociedade, ou seja, a garantia da base da vida para a próxima geração. Em contraste com a noção idealista, comum na Alemanha naquela época, de que as sociedades se desenvolvem com base em ideias, ou são apenas expressões do desdobramento de ideias específicas, o materialismo histórico se concentra na prática das pessoas de criar seus meios de subsistência repetidamente a partir do zero (ver Schneider et al., 2023).

Esse entendimento do materialismo, no entanto, não deve ser equiparado ao entendimento cotidiano, ou seja, de que a ganância desdenhosa pelo acúmulo de bens impulsiona a humanidade e suas sociedades. Em vez disso, presume-se que a maneira pela qual uma determinada sociedade se reproduz é contraditória e que os conflitos resultantes dessas contradições causam a dinâmica social. No capitalismo, ou seja, naquelas sociedades em que os indivíduos entram principalmente (não exclusivamente) em um relacionamento uns com os outros mediado pelas relações de propriedade capitalista e se tornam parte da sociedade (“socializados”), a contradição é inerente ao ato de troca que reúne as pessoas que produzem em uma divisão de trabalho. No capitalismo, a troca de mercadorias se baseia na ideia de que ela ocorre entre pessoas legalmente iguais que trocam mercadorias de igual valor. Isso se aplicaria aos mercados de commodities, mas não aos mercados de trabalho que caracterizam o capitalismo. Esses últimos só poderiam surgir onde, como disse Marx, existem trabalhadores assalariados duplamente livres. Por um lado, eles devem poder dispor livremente de sua força de trabalho, ou seja, devem estar livres de obrigações com terceiros (senhores feudais, proprietários de escravos), caso contrário não poderiam vender sua força de trabalho. Por outro lado, eles são forçados a vender sua força de trabalho porque não têm seus próprios meios de produção, ou seja, estão “livres” deles (Marx-Engels-Werke [MEW] 23. Cap. 6).

Os trabalhadores assalariados criam mais valor com sua força de trabalho do que o que lhes é pago na forma de salários. Eles também produziram, sem remuneração, os meios necessários para reproduzir os meios de produção de propriedade do capitalista que foram usados durante a produção, além do consumo de luxo dos proprietários dos meios de produção que compram sua força de trabalho, é claro, somente na medida em que forem bem-sucedidos no mercado. Nessa divisão de trabalho entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados, a tradição marxista vê uma relação de exploração. Enquanto a tradição liberal defende esse tipo de divisão do trabalho e quer que ela seja aplicada universalmente, e enquanto a tradição econômica nacionalista também a aceita, mas se concentra em sua realização no respectivo estado-nação, a tradição marxista a problematiza com o objetivo de superá-la.

Com essa visão da relação salarial, Karl Marx estava mais interessado na teoria do valor do trabalho de Ricardo do que em sua teoria da vantagem comparativa. O único capítulo de *Das Kapital* que trata explicitamente do “comércio exterior” explora as consequências do comércio exterior para a lei da queda tendencial da taxa de lucro (MEW 25, pp. 247-250). Para Marx, a criação do mercado mundial é uma tendência diretamente dada pelo próprio conceito de capital: a acumulação em prol da própria acumulação. Ele viu no comércio exterior tanto a origem histórica do modo de produção capitalista, quanto sua consequência devido à necessidade de um mercado em constante expansão (MEW 25, p. 247). Além disso, as leis econômicas reveladas pelos economistas clássicos “se tornariam mais verdadeiras, mais exatas e deixariam de ser meras abstrações na mesma medida em que o livre comércio se impusesse” (MEW 4, p. 307). Politicamente, Marx e Friedrich Engels (1820-1895) avaliaram o comércio exterior por seu impacto nas relações de classe. Em um determinado momento, eles defenderam

o livre comércio porque ele exacerbava as contradições do modo de produção capitalista, e que dessas contradições “surgirá a luta que terminará com a emancipação do proletariado” (MEW 4, p. 308). Em outra passagem, Engels também saudou a tarifa protetora em termos revolucionários: “Mas uma vez que... a burguesia na Alemanha precisa de proteção contra os países estrangeiros para limpar os restos medievais da aristocracia feudal... a classe trabalhadora também tem interesse naquilo que ajuda a burguesia a dominar sem diminuir” (Engels, Protective Tariff or Free Trade System, em: MEW 4, 59ff).

Consequentemente, eles não compartilhavam da crença dos clássicos de que o livre comércio “fará com que a oposição entre capitalistas industriais e trabalhadores assalariados desapareça” (p. 456), de que o livre comércio é pacificador (“Todos os fenômenos destrutivos que a livre concorrência produz no interior de um país se repetem em uma extensão ainda maior no mercado mundial.” MEW 4, p. 456), e na naturalidade da divisão internacional do trabalho.

A perspectiva revolucionária também moldou suas críticas a List. Por um lado, o sistema tarifário protecionista era apenas um meio de “aumentar a indústria em um país, ou seja, torná-lo dependente do mercado mundial” (MEW 4, p. 457). Por outro lado, ele representava uma tentativa de confundir a oposição entre capital e trabalho com uma oposição entre nações (MEW 4, p. 461). Esse último argumento se mostrou verdadeiro na Primeira Guerra Mundial, ao contrário das intenções de Marx.

Dessa forma, para a primeira geração de marxistas depois de Marx, a principal questão era saber até que ponto as ambições imperialistas das principais nações capitalistas da época ajudavam ou atrapalhavam o espírito revolucionário do proletariado. Para Rosa Luxemburgo (1871-1919), o imperialismo resultou da necessidade do capital de se apoderar de regiões ainda não completamente capitalizadas (apropriação externa de terras). Como ela não levava em conta os avanços na produtividade, não conseguia imaginar como a economia capitalista poderia continuar a crescer se apenas os capitalistas e os assalariados estivessem disponíveis como compradores de mercadorias. O crescimento só poderia ser garantido se houvesse demanda de fora das relações capitalistas. O caráter violento da subjugação de áreas não capitalistas, no entanto, repercutiria nos centros capitalistas (Luxemburg 1912; Patnaik & Patnaik 2016)². Vladimir Ilyich Lenin (1870-1924), assim como Rudolf Hilferding (1877-1941) e Karl Kautsky (1854-1938)³, derivou o imperialismo do processo de concentração de capital. Ele contribuiu com uma ideia que mais tarde foi repetida por alguns adeptos da teoria da dependência de orientação marxista (Emmanuel, 1972): os lucros monopolistas dos países imperialistas “criam a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado” (Lenin, 1916b, p. 173). A catástrofe social da guerra imperialista, entretanto, traria a realização da necessidade da revolução, especialmente porque o monopólio, por meio da socialização da produção, criaria a base da possibilidade histórica do socialismo (Lênin, 1916a, p. 107).

Essa visão tornou-se fundamental para o desenvolvimento posterior da teoria de estilo soviético, que resultou na teoria do capitalismo monopolista de estado (*stamocap*). As diferentes variantes dessa teoria compartilhavam as seguintes premissas: 1. o capitalismo progride legalmente até ser superado; 2. alguns grandes capitais dominam; 3. os aparatos estatais caem nas mãos dos monopólios (Boccaro, 1973). Uma crítica resolvida ao *stamocap* foi desenvolvida por um dos principais representantes do trotskismo, Ernest Mandel (1923-1995), que estava convencido da validade da lei do valor e da tendência ao surgimento de uma taxa média de lucro mesmo no “capitalismo tardio” (Mandel 1972). Seu trabalho forneceu um importante polo de referência e atrito para a recepção de Marx na Alemanha Ocidental para uma análise da economia mundial, que começou no final da década de 1960.

Esse debate econômico mundial produziu uma abordagem teórica baseada na “modificação” de Marx da lei do valor no mercado mundial (MEW 23, Cap. 20). Essa lei afirma que o tempo de trabalho médio socialmente necessário para produzir uma mercadoria determina seu valor. Se o tempo de trabalho utilizado estiver acima da média social para a mercadoria em questão, o tempo acima da média não é reconhecido socialmente na troca, ou seja, não cria valor. Se o tempo estiver abaixo da média, será criada uma mais-valia extra. Em vez de pressupor, como fez Lênin, a luta dos monopólios pelo lucro e pelo poder, essa abordagem da lei do valor pressupõe “que, de acordo com a lógica do conceito de capital, o desenvolvimento do capital no mercado mundial ocorre basicamente nas mesmas *formas* que o desenvolvimento do capital no espaço delimitado pelo Estado-nação” (Neusüß 1972, p. 96; tradução livre). Disso se conclui que os monopólios no mercado mundial ainda se encontram como capitais individuais concorrentes que, portanto, não anulam a lei do valor, que as fases de desenvolvimento não representam simples repetições e que o capitalismo ainda não chegou ao fim.

Em contraste com a noção de “troca desigual” no mercado mundial (Frank, 1967; em sua variante marxista: Emmanuel, 1972), popular também por causa da teoria da dependência (Dos Santos, 1970), Christel Neusüß (1937-1988) argumentou com a categoria de mais-valia extra, que se acumularia nas nações cuja intensidade de trabalho estivesse

² Esse argumento foi reafirmado com veemência por Patnaik e Patnaik (2017).

³ Ao contrário de Lênin, Kautsky previu que a concentração de capital levaria a um ultraimperialismo pacífico do tipo cartel (1914).

acima das médias nacionais de intensidade de trabalho. Não haveria transferência de valor, uma vez que o conceito de trabalho social perde seu significado econômico além das fronteiras da respectiva sociedade (Neusûß 1972, pp. 138-141).

O debate teórico se esvaziou no final da década de 1970, principalmente devido ao alto grau de abstração e à negligência da ação política. No entanto, suas percepções informaram vários trabalhos empíricos sobre o mercado mundial (por exemplo, Altvater 1987).

A teoria do sistema-mundo desenvolvida nos EUA e a teoria da regulação da França herdaram essencialmente esses debates. Em confronto direto com a teoria da modernização, a teoria do sistema-mundo pressupõe um inter-relacionamento do mercado mundial mediado pela esfera de circulação desde a conquista europeia da América, que levou as economias mundiais europeias e asiáticas a um intercâmbio cada vez mais intenso por meio dos depósitos de prata e ouro ali existentes. Esse sistema-mundo moderno em desenvolvimento, com uma associação de Estados nacionais soberanos, constitui a unidade básica de análise. Ele é impulsionado pela acumulação de capital, dissecado em um centro e uma periferia por uma divisão de trabalho mediada por trocas desiguais (com a semiperiferia no meio), dominado por Estados hegemônicos em sucessão cíclica, semelhante a uma crise, e moldado por ciclos tecnológicos (Wallerstein, 1982). Sob essa perspectiva, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são mutuamente constituídos no sistema-mundo. Embora seja possível que países individuais passem da periferia para o centro por meio da semi-periferia, por motivos sistêmicos isso não é possível para a maioria dos países da periferia. Entretanto, o nível absoluto de desenvolvimento pode aumentar para a periferia. De modo geral, seguindo Marx, a divisão do trabalho é geralmente problematizada, mas o foco está na dimensão espacial da divisão hierarquizada do trabalho, como no nacionalismo econômico. Alguns demandaram uma desvinculação da economia mundial capitalista para dar espaço às prioridades de desenvolvimento doméstico, criando um desenvolvimento “autocêntrico” (mas não uma autarquia; Amin, 1976).

Informado pela teoria do sistema-mundo, Gary Gereffi foi um dos primeiros a analisar as cadeias de suprimentos globais emergentes que fazem uso de diferenças nos níveis salariais, padrões ambientais e gastos com infraestrutura (Gereffi 1994). A questão de quem está capturando a maior parte do valor criado ao longo das cadeias de suprimentos e como se pode melhorar a própria posição tornou-se um discurso dominante de gestão e desenvolvimento (Fuller & Phelps 2018). A EPI baseada em classes destacou o papel da resistência da classe trabalhadora na configuração espacial das cadeias de suprimentos globais (Silvers 2003; Selwyn 2015). Trabalhos na tradição de Antonio Gramsci destacaram a inserção das cadeias de suprimentos na hegemonia neoliberal da governança econômica global (Levy 2008; Scherrer 2021b).

Embora a tradição marxista pressuponha a propensão à crise da socialização capitalista, é um mérito especial da teoria da regulação ter apontado os problemas de coordenação da divisão do trabalho mediada pelo mercado. O termo *regulação* não representa um estado de equilíbrio nem uma regulação estatal, mas se refere à reprodução precária das relações de mercadorias e salários. O crescimento seria acompanhado por rupturas nos métodos de produção e nos modos de vida (Aglietta, 1979). Se, apesar disso, a acumulação de capital ocorre, então há uma relação de correspondência entre o regime de acumulação e o modo de regulação. A regulação é, portanto, a mudança do sistema com a preservação do sistema. A regulação não é o resultado de um controle consciente devido à competição de interesses inscritos nessas relações (Lipietz, 1985; veja também Becker, 2023). O campo emergente da Economia Política Cultural, nos anos 2000, acrescentou à análise da dinâmica capitalista uma sensibilidade relativa ao papel da semiótica (ver Jessop & Sum, 2023; Karatepe, 2023).

A recomendação de política dessas vertentes mais recentes do marxismo em relação à divisão global do trabalho geralmente é reformista, ou seja, fortalecer a agência do trabalho por meio da solidariedade internacional, renegociar acordos comerciais em favor do trabalho e do meio ambiente, bem como mais espaço para políticas econômicas, e fechar paraísos fiscais e centros financeiros offshore.

4. CRÍTICA FEMINISTA

As relações de gênero foram vistas pela primeira vez em economia política internacional na literatura sobre sociologia do desenvolvimento, apontando, por um lado, o papel de liderança das mulheres na agricultura, que havia sido negligenciado até então, especialmente pela política de desenvolvimento (Boserup 1970). Por outro lado, foi examinada a relação das mulheres no trabalho doméstico e na agricultura de subsistência com a aplicação da relação salário-trabalho para os homens (Mies 1986; Federici 2004). Na esteira da “nova” divisão internacional do trabalho, muitas dimensões dessa divisão foram analisadas, como a feminização do proletariado nas fábricas do mercado mundial das indústrias têxtil, de vestuário e eletrônica (Seguino 1997; Tejani & Milberg 2016), o impacto das medidas de ajuste estrutural ditadas pelo Fundo Monetário

Internacional nas relações de gênero (Haddad et al. 1995), a divisão do trabalho entre a “patroa” com formação acadêmica e a “empregada”, que geralmente vem de uma classe e de um país diferentes (Young 2001), o impacto diferencial de gênero da liberalização do comércio (van Staveren et al. 2007), as condições e as causas da migração de mão de obra feminina (Schwenken 2018) e as cadeias de suprimentos de cuidados e tecnologias reprodutivas (Fraser 2017; Wichterich, 2023). A questão do trabalho de cuidado levou a uma teoria marxista da reprodução social (Bhattacharya 2017). Essa pesquisa agora altamente diferenciada sobre as relações de gênero no mundo do trabalho nem sempre recebe a atenção que merece.

Epistemologicamente, as feministas questionaram a noção liberal da Economia Política Internacional de que as reais alegações poderiam ser resgatadas por meio da racionalidade em termos de uma separação entre sujeito e objeto. A separação entre sujeito e objeto é vista como fundamental para o pensamento que reproduz a dominação patriarcal. Nessa visão de mundo dicotômica, por um lado, as múltiplas formas de realidade são forçadas a se dividirem em dois polos opostos. Por outro lado, um polo é privilegiado em relação ao outro, de acordo com uma codificação de gênero. Os polos das muitas dicotomias, como público e privado, produção (material) e reprodução (de pessoas), autonomia e dependência, que são contados para o lado “masculino”, desfrutam de uma valência maior (Peterson, 1992). Uma visão binária *codificada por gênero* particularmente pronunciada foi demonstrada por Ann Tickner (1992) em relação aos trabalhos que favorecem uma racionalidade construída “masculinamente”, ou seja, fazendo com que os atores na esfera internacional respondam às restrições do sistema como indivíduos que maximizam a utilidade.

Uma consequência óbvia desse pensamento é a exclusão do “feminino” da economia política internacional, não apenas das mulheres como pessoas, mas também dos comportamentos que não pertencem ao cânone comportamental de um indivíduo/empresa/Estado autônomo, competitivo e que maximiza o poder. Assim como é inconcebível uma sociedade composta apenas por indivíduos que maximizam a utilidade, a atividade econômica humana não poderia ser reduzida à produção de bens de mercado. As formas de interação na esfera internacional, apesar de toda a conflitualidade, também incluiriam comportamentos não competitivos e outras formas de economia (especialmente a economia doméstica) (Peterson & Runyan 1999).

Desde a década de 1990, a pesquisa feminista tornou-se mais atenta à interseção do gênero com outras hierarquias sociais e às formas qualitativamente diferentes de discriminação resultantes (Crenshaw 1989; Schwenken 2018; Collins 2019).

As economistas feministas pedem que as regras comerciais sejam subordinadas aos compromissos de alcançar a justiça de gênero, realizando avaliações completas do impacto de gênero e garantindo que os acordos comerciais não aumentem o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado das mulheres.

5. CRITÉRIO DE DISTINÇÃO DE ABORDAGENS: POSIÇÃO EM RELAÇÃO À DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

As quatro tradições apresentadas aqui, que dominam o campo da economia política internacional, compartilham uma questão central: como a divisão internacional do trabalho deve ser moldada? Suas respostas, entretanto, variam muito. O espectro varia de uma defesa geral da divisão do trabalho até sua problematização fundamental. A crítica baseia-se essencialmente em dois argumentos, que são enfatizados de forma diferente pelas respectivas tradições. Por um lado, a divisão do trabalho anda de mãos dadas com uma hierarquia do valor do trabalho individual, seja entre nações, entre proprietários dos meios de produção e assalariados, ou entre os sexos. Por outro lado, a divisão do trabalho dá origem a problemas de coordenação; a coordenação por meio do mercado é suscetível a crises.

O liberalismo é o “descobridor” do poder produtivo da divisão do trabalho (Smith). Ele deseja que esse princípio seja estendido a todo o mundo, mesmo entre países com níveis iniciais desiguais. Dessa forma, essa tradição exige a remoção de todas as barreiras à maior divisão do trabalho, i. e., restrições ao comércio. Suas unidades de análise, ou seja, os atores em suas análises, são os proprietários de mercadorias, seja o indivíduo que possui seu próprio trabalho ou uma grande corporação que vende maquinário complexo. No entanto, nos modelos usuais criados para ilustrar os benefícios da divisão internacional do trabalho, essas unidades de análise são apresentadas em termos agregados, a mão de obra como o fator trabalho e as empresas como setores, bem como o fator capital. Os dois são agregados em países que diferem em termos da relação entre os dois fatores e, de forma relacionada, em termos de produtividade da mão de obra. Entretanto, essa abordagem tem apenas um valor heurístico: países, setores e fatores não têm peso próprio além do fato de agregarem os respectivos atores individuais por motivos analíticos. O liberalismo não questiona essas unidades de análise, elas se apresentam como dadas, são sua base ontológica. Presume-se que o comportamento das unidades de análise entre si, seja em nível individual ou

de agregação, seja racional em termos de mercado; cada uma delas tenta maximizar sua utilidade. As ações racionais de mercado de alguns não limitam as possibilidades de outros aumentarem seu próprio bem-estar por meio de ações igualmente racionais de mercado.

Os trabalhos dessa tradição são, em sua maioria, analíticos. Por um lado, examinam, no modelo, os efeitos da divisão internacional do trabalho sob condições específicas em cada caso, e prescrevem, por outro lado, propondo, em sua maioria, a remoção de barreiras comerciais. Epistemologicamente, essa tradição pressupõe que existe uma verdade objetiva independente da sociedade humana. A meta dessa cognição científica “positivista” é se aproximar dessa verdade, embora reconheça que esse é um esforço demorado e nada simples. A noção de uma verdade objetiva é acompanhada pela reivindicação de obter percepções universalmente válidas que são universais no tempo e no espaço. A política e a economia também são vistas como esferas separadas, pelo menos no estado ideal desejado. A política não deve, se possível, interferir na economia. Entretanto, a tradição institucionalista liberal enfrenta o problema da coordenação. Ela busca as instituições ideais que proporcionam estabilidade.

O nacionalismo econômico de List, que criticava o liberalismo “cosmopolita”, reconhecia os efeitos da divisão do trabalho que aumentavam o bem-estar. Mas ele ressaltou que eram necessários esforços coletivos para garantir ao próprio coletivo, ou seja, à nação, lugares privilegiados na divisão do trabalho. Esses esforços incluíam, acima de tudo, o aprofundamento da divisão nacional do trabalho, o que, no entanto, só poderia ser alcançado por meio da proteção contra a concorrência estrangeira, na medida em que essa proteção permanecesse parcial e temporária. A principal unidade de análise nessa tradição é a nação, que compete e, às vezes, luta com outras nações. No entanto, também são identificados atores dentro das respectivas nações que podem contribuir para o bem-estar das nações, incluindo empreendedores (no sentido de criar algo), mas principalmente tecnocratas e cientistas, cujas ações são baseadas em uma racionalidade planejada para otimizar o desempenho econômico nacional. A base ontológica do nacionalismo econômico acaba sendo mais complexa do que a do liberalismo. Por um lado, uma nação é vista não apenas como um conjunto aleatório de cidadãos, mas como um coletivo com uma vontade que é mais do que a soma de suas partes. Por outro lado, a nação e os atores sociais que contribuem para sua grandeza são concebidos como se estivessem no processo de se tornar ou de se provar na luta com outras nações. Nos trabalhos dessas tradições, a descrição desempenha um papel mais importante, pois as particularidades de cada nação são reconhecidas, e as propostas de políticas econômicas são orientadas pelo exemplo de outras nações. Epistemologicamente, essa tradição é igualmente positivista, mas o foco nas nações menos poderosas economicamente em cada caso limita a pretensão de generalização universal. A política e a economia são vistas como mais interligadas: a intervenção do governo pode promover a atividade econômica e isso, por sua vez, deve contribuir para a grandeza das nações. Assim, no centro da crítica está a hierarquização da divisão do trabalho em termos espaciais e coletivos. Em contrapartida, uma hierarquia arraigada do valor do respectivo trabalho entre as pessoas e o problema da coordenação não são abordados.

O marxismo também reconhece o poder potencialmente produtivo da divisão do trabalho, mas vê hierarquias inscritas nessa divisão do trabalho (especialmente proprietários de capital - assalariados) e, em sua forma privada e semelhante ao mercado, uma crise destrutiva. Portanto, essa divisão descontrolada do trabalho baseada na propriedade privada deve ser superada e substituída por uma divisão conscientemente planejada. As unidades de análise são as relações, especialmente as relações de capital e salário. As classes que se confrontam nessas relações são os atores centrais. Dependendo da tradição marxista específica, essas classes se comportam de acordo com os preceitos das leis internas de movimento das relações centrais, ou são vistas como capazes de ação racional, mas nem sempre agem racionalmente e, portanto, devem ser guiadas para a ação racional por meio do conhecimento científico. As principais correntes do marxismo também assumem uma verdade “objetiva” que, no entanto, é considerada específica às relações dominantes na maioria dos contextos, ou seja, a reivindicação explicativa é limitada principalmente às sociedades capitalistas. Assim, a separação entre política e economia é tratada como uma ficção peculiar à sociedade capitalista. A política e a economia estão sempre complexamente interconectadas, mas no tempo e no espaço, bem como na auto-compreensão das sociedades, de maneiras diferentes.

A crítica mais radical à divisão do trabalho vem do feminismo. O feminismo denuncia a consolidação da divisão de trabalho por gênero e a conseqüente maior valorização social das atividades consideradas masculinas. O problema da coordenação, por outro lado, recebe pouca atenção. Os outros eixos da hierarquização da divisão do trabalho - nação, classe, cor da pele e habilidade - são considerados dependendo da respectiva variedade do feminismo (por exemplo, no feminismo negro, Collins 2000). Como as abordagens feministas são encontradas nos respectivos paradigmas disciplinares, seus fundamentos ontológicos e epistemológicos também diferem. A perspectiva de gênero pós-estruturalista, que se tornou popular especialmente entre a geração mais jovem de feministas, dá status ontológico à construção social da realidade e ao discurso (por exemplo, Cavaghan, 2017). Isso é acompanhado por uma epistemologia relativista que des-objetiva a verdade por meio da contextualização. Isso permite que ela questione a naturalidade de qualquer forma de divisão do trabalho.

À luz dessas diferenças paradigmáticas na análise da divisão socioespacial do trabalho, surge a pergunta, para concluir, e com relação ao segundo argumento crítico sobre a divisão internacional do trabalho: se, de uma perspectiva teórico-histórica, os debates atuais sobre globalização, cadeias de suprimentos globais, padrões de migração etc. são a continuação de uma controvérsia sobre as oportunidades e os perigos da divisão do trabalho mediada pelo mercado que vem ocorrendo desde Adam Smith?

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *A Theory of Capitalist Regulation: The US Experience*, New Left Books, Londres, 1979.
- ALTVATER, E. *Sachzwang Weltmarkt. Verschuldungskrise, blockierte Industrialisierung, ökologische Gefährdung – der Fall Brasilien, VSA, Hamburgo, 1987.*
- AMIN, S. *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*, Monthly Review Press, New York, 1976.
- AXELROD, R. 1984, *The Evolution of Cooperation*, Basic Books, New York.
- BARATTIERI, A. e CACCIATORE, M. **Self-Harming Trade Policy? Protectionism and Production Networks**, National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 27630, July, 2020.
- BELTON, K.; MANDEL, M e DUESTERBERG, T. **Policies to Enhance the Resilience of US Manufacturing**. 15. set. 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3693461> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3693461>. Acessado em: 10. nov. 2023
- BHATTACHARYA, T. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*, Pluto Press, Londres, 2017.
- BECKER, J. **Institutionalist, regulationist and dependency approaches to transition countries' economic policies**. In: SCHERRER, C.; GARCIA, A. e WULLWEBER, J. (eds). *Handbook on Critical Political Economy and Public Policies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023, pp. 49-64.
- BOCCARA, P. *Études sur le capitalisme monopoliste d'État, sa crise et son issue [A Study of State Monopoly Capitalism, Its Crisis and Its Meaning]*, Éditions sociales, Paris, 1973.
- BOSERUP, E. *Women's Role in Economic Development*, Allen & Unwin, Londres, 1970.
- BURNELL, P. *Economic Nationalism in the Third World*, Wheatsheaf Press, Brighton, 1986.
- CAREY, H. C. *Principles of Political Economy: Part the First: Of the Laws of the Production and Distribution of Wealth*, Philadelphia, 1837.
- CAVAGHAN, R. *Making Gender Equality Happen: Knowledge, Change and Resistance in EU Gender Mainstreaming*, Taylor & Francis, New York, 2017.
- CECCHINI, P. *The European Challenge, 1992: The Benefits of a Single Market*, Gower, Aldersho, 1988.
- CHANG, H. *Kicking away the ladder. development strategy under historical perspective*, Anthem Press, Londres, 2002.
- COLLINS, P. H. *Intersectionality as critical social theory*, Duke University Press, Durham, 2019.
- _____. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, 2nd Edition, Routledge, New York, 2000.
- CRENSHAW, K. **Demarginalising the Intersection of Race and Sex**. *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1989, no. 1, pp. 139-167.
- DAWSON, A. 'Reassessing Henry Carey (1793-1879): The Problems of Writing Political Economy in Nineteenth-Century America', *Journal of American Studies*, vol. 34, no. 3, 2000, pp. 465-485.
- DOS SANTOS, T., "The Structure of Dependence", *The American Economic Review*, vol. 60, no. 2, 1970, pp. 231-236.
- EMMANUEL, A. *Unequal exchange: A Study of the Imperialism of Trade*, New Left Books, New York, 1972.
- FEDERICI, S. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*, Autonomedia, New York, 2004.
- FELBERMAYR, G. J., HEID, B. e LEHWALD, S. **Transatlantic trade and investment partnership (TTIP): Who benefits from a free trade deal? Part 1: Macroeconomic Effects**. In: Bertelsmann Stiftung, 2013.
- FERRIER, F. *Du gouvernement considéré dans ses rapports avec le commerce ou l'administration commerciale opposée aux économistes du 19e siècle*, Perlet, Paris, 1805.
- FICHTE, J. G. *The Closed Commercial State*, State University of New York Press, Albany, 2012.
- FRANK, A. G. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil**, Monthly Review

- Press, New York e Londres, 1967.
- FRASER, N. “Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism”. In: BHATTACHARYA, T. e VOGEL, L. (eds.), *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*, Pluto Press, London, 2017, pp. 21-36.
- FULLER, C. e PHELPS, N. A., “Revisiting the Multinational Enterprise in Global Production Networks”, *Journal of Economic Geography*, vol. 18, no. 1, 2018, pp. 139–161.
- GEREFFI, G. “Capitalism, Development and Global Commodity Chain” in L Sklair (ed.), *Capitalism and Development*, Routledge, Londres, 1994, pp. 211–231.
- GERMANN, J. *Unwitting Architect, German Primacy and the Origins of Neoliberalism*, Stanford University Press, Redwood City, 2021.
- GILPIN, R. *The Political Economy of International Relations*, Princeton University Press, Princeton, 1987.
- _____. *The multinational corporation and the national interest*, University of Michigan Press, Ann Arbor, 1973.
- _____. *U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investments*, Basic Books, New York, 1975.
- GROSSMAN, G. e Helpman, E. “The Politics of Free Trade Agreements”, *American Economic Review*, vol. 85, no. 4, 1995, pp. 667-690.
- HADDAD, L. et. al. “The gender dimensions of economic adjustment policies: Potential interactions and evidence to date”, *World Development*, vol. 23, no. 6, 1995, pp. 881-896.
- HEINRICH, M. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx’s Capital*, New York University Press, New York, 2012.
- HELLEINER, E. “The Diversity of Economic Nationalism”, *New Political Economy*, vol. 26, no. 2, 2021, pp. 229-238.
- HELLEINER, E. “Sun Yat-sen as a Pioneer of International Development”, *History of Political Economy*, vol. 50, no. S1, 2018, pp. 76–93.
- HERR, H. e Priewe, J. *The Macroeconomics of Development and Poverty Reduction: Strategies Beyond the Washington Consensus*, Nomos, Baden-Baden, 2005.
- JESSOP, B. e SUM, N.-L. **The cultural political economy approach to public policy**. In: SCHERRER, C.; GARCIA, A.; WULLWEBER, J. (eds). *Handbook on Critical Political Economy and Public Policies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023, pp. 36-48.
- KARATEPE, I. **The cultural political economy of housing policy in the era of the Islamist Justice and Development Party in Turkey**. In: Scherrer, C.; Garcia, A.; Wullweber, J. (eds). *Handbook on Critical Political Economy and Public Policies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023, pp. 446-460.
- KAUTSKY, K. “Imperialism and the War” trans. William E. Bohn, *International Socialist Review*, vol. 15, no. 5, 1914, pp. 282-286.
- KEOHANE, R. O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton University Press, Princeton, 1984.
- KINDLEBERGER, C. P., *The World in Depression: 1929–1939*, University of California Press, Berkley, revised and enlarged edition, 1986.
- KRASNER, S. D. “Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables”, *International Organization*, vol. 36, no. 2, 1982, pp. 185-205.
- KRUGMAN, P. (ed.), *Strategic Trade Policy and the New International Economics*, The MIT Press, Cambridge, 1986.
- KRUGMAN, P, OBSTFELD, M. e MELITZ, M. *International Economics: Theory and Policy (Eleventh Edition)*, Pearson Education, Londres, 2018.
- LAL, D. *The Poverty of ‘Development Economics’*, Institute of Economic Affairs, Londres, 1983.
- LENIN, V. I., “Imperialism and the Split in Socialism”, in *Lenin Collected Works*, Volume 23, Progress Publishers, Moscou, 1916a/1964, pp. 105-120.
- _____. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*, with Introduction by Prabhat Patnaik, LeftWord Books, Nova Délhi, 1916b/2000.
- LEVY, D. “Political contestation in global production networks” *Academy of Management Review*, vol. 33, no. 4, 2008, pp. 943–963.
- LEWIS, W. A. *Development Planning: The Essentials of Economic Policy*, Harper & Row, New York, 1966.
- LIPIETZ, A 1985, *The Enchanted World: Inflation, Credit and the Global Crises*, Verso, London and New York.
- LIST, F. *The National System of Political Economy*, 1909.
- LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*, Routledge, Abingdon, 2003.
- MALESKY, E. e MILNER, H. V. “Fostering Global Value Chains Through International Agreements: Evidence from Vietnam”,

- Economics & Politics, vol. February 2021, pp. 1-40, Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ecpo.12186>. Acessado em: 10. nov. 2023.
- MALINIAK, D. e TIERNEY, M. J. 'The American school of IPE', Review of International Political Economy, vol. 16, no. 1, 2009, pp. 6–33.
- MANDEL, E., Late Capitalism, New Left Books, Londres, 1975.
- MANOILESCU, M. The Theory of Protection and International Trade, P.S. King & Son, Londres, 1931.
- MARX, K. "Rede über die Frage des Freihandels". In: Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED (Hrsg.), 1971: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Band 4, Berlin, pp. 444-458.
- MARX, K 1894, "Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie", in Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED (Hrsg.), 1986: Karl Marx/Friedrich Engels: Werke, Band 25, Berlin.
- MEW, Marx, K, Engels, F, "Gesamtausgabe, hgg.v." in IML beim ZK der SED, Berlin (DDR) 1956.
- MIES, M. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labor, Zed Books Ltd., London and Atlantic Heights, 1986.
- MILNER, H V and Judkins, B 2004, "Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left-Right Divide on Trade Policy?", International Studies Quarterly, vol. 48, no. 1, pp. 95-119.
- NEUSÜSS, C. Imperialismus und Weltmarktbewegung des Kapitals, Verlag Polittladen, Erlangen, 1972.
- NYE, J. V. C. War, Wine, and Taxes: The Political Economy of Anglo-French Trade, 1689–1900, Princeton University Press, Princeton., 2007.
- OHMAE, K. The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy, Harper Business, New York, 1990.
- OTSUBO, S. T. e OTCHIA, C. S. Designing Integrated Industrial Policies Volume II: For Inclusive Development in Africa and Asia, Routledge, London, 2021.
- PATNAIK, U e PATNAIK, P. A Theory of Imperialism, Tulika Books, New Delhi, 2016.
- PETERSON, V. S. "Security and Sovereign States: What Is at Stake in Taking Feminism Seriously?", in V S Peterson (ed.) Gendered States. Feminist (Re)Visions of International Relations Theory, Westview Press, Boulder, 1992, pp. 31-64.
- PETERSON, V. S. e RUNYAN, A. S. Global Gender Issues, Westview Press, Boulder, 1999.
- PREBISCH, R. The Economic Development of Latin America and its principal problems. United Nations Department of Economic Affairs, New York, 1950.
- RODRIK, D. Industrial Policy for the Twenty-First Century, Cambridge University Press, Cambridge, 2004.
- ROSENAU, J. N. "Governance in the Twenty-first Century", Global Governance, vol. 1, no. 1, 1995, pp. 13-43.
- ROSTOW, W. W. The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto, Cambridge University Press, Cambridge, 1960.
- SCHERRER, C., America Second? Die USA, China und der Weltmarkt, Bertz & Fischer, Berlin, 2021a.
- SCHERRER, C., "Power Relations in Global Agricultural Value Chains". In: I. D. Karatepe e C. Scherrer (eds.), The Phantom of Upgrading in Agricultural Supply Chains: A Cross-Country, Cross-Crop Comparison of Smallholders, NOMOS, Stuttgart, 2021b, pp. 261-296.
- SCHERRER, C. e ABERNATHY, E. "Trump's Trade Policy Agenda", Intereconomics, vol. 52, vol. 6, 2017, pp. 364-369.
- SCHNEIDER, E. et al. Historical-materialist policy analysis of climate change policies. In: Scherrer, C.; Garcia, A.; Wullweber, J. (eds). Handbook on Critical Political Economy and Public Policies. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023, pp. 110-125.
- SCHWENKEN, H 2018, "Intersectional Migration Regime Analysis: Explaining Gender-Selective Labor Emigration Regulations", in A Pott, C Rass and F Wolff (eds.), Was ist ein Migrationsregime? What is a Migration Regime?, Springer, Wiesbaden, pp. 207–224.
- SEGUINO, S. "Export-Led Growth and the Persistence of Gender Inequality in the Newly Industrialized Countries". In: RIVES e YOUSEFI, Economic Dimensions of Gender Inequality: A Global Perspective, Praeger, Londres, 1997, pp. 11–34.
- SELWYN, B. "Twenty-first-century International Political Economy: A class-relational perspective", European Journal of International Relations, vol. 21, no. 3, 2015, pp. 513–537. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066114556659>. Acessado em: 10 nov. 2023.
- SHORT, J. L., TOFFEL, M. W. e HUGILL, A. R. "Improving Working Conditions in Global Supply Chains: The Role of Institutional Environments and Monitoring Program Design" ILR Review, vol. 73, no. 4, 2020 pp. 873-912, doi:10.1177/0019793920916181.
- SILVER, B. Forces of Labour: Workers Movements and Globalization Since 1870, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.
- STREECK, W. e YAMAMURA, K. (eds.). The Origins of Nonliberal Capitalism: Germany and Japan in Comparison, Cornell University Press, Ithaca, 2001.

- SZPORLUK, R. *Communism and Nationalism: Karl Marx versus Friedrich List*, Oxford University Press, Oxford, 1988.
- TEJANI, S. e MILBERG, W., “Global Defeminization? Industrial Upgrading and Manufacturing Employment in Developing Countries”, *Feminist Economics*, vol. 22, no. 2, 2016, pp. 24-54, doi: 10.1080/13545701.2015.1120880.
- THUROW, L. C. *The Zero-Sum Solution: Building a World-Class American Economy*, Simon & Schuster, New York, 1985.
- TICKNER, J. A. *Gender in International Relations*, Columbia University Press, New York, 1992.
- TRIBE, K. *Strategies of Economic Order: German Economic Discourse, 1750-1950*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.
- VAN STAVEREN, et al. *The Feminist Economics of Trade*, Routledge, New York, 2007.
- WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1982.
- WENDT, A. “Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics”, *International Organization*, vol. 46, no. 2, 1992, pp. 391–425.
- WILLIAMSON, J. *The Progress of Policy Reform in Latin America*, Institute for International Economics, Washington D.C., 1990.
- WICHTERICH, C. *Care in global value chains*. In: SCHERRER, C.; GARCIA, A, WULLWEBER, J. (eds). *Handbook on Critical Political Economy and Public Policies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023, pp. 430-445
- YAT-SEN, S. *The International Development of China*, G. Putnam’s Sons, New York, 1922.
- YOUNG, B. “The ‘Mistress’ and the ‘Maid’ in the Globalized Economy”, *Socialist Register, Working Classes: Global Realities*, vol. 37, 2001, pp. 315-327.